

CARTA POLÍTICA #196

3 de Abril de 2020

“Dizer que isso é um resfriadinho, uma gripezinha? Ninguém definiu melhor que Obama: na política e na vida, a ignorância não é uma virtude”.

(Ronaldo Caiado, governador de Goiás)

A semana foi definida pelas respostas de todas as autoridades à crise imposta pelo coronavírus. Ganhou protagonismo o ministro da Saúde, Henrique Mandetta, que vem desafiando a atitude de Bolsonaro. Recomenda medidas de isolamento social na medida do politicamente possível, e ganha evidência ao prestar contas à sociedade em coletivas diárias. O presidente segue cada vez mais isolado, recebendo críticas do Congresso, dos governadores e prefeitos, dos ministros do Supremo, da comunidade internacional, da mídia, e, veladamente, de sua própria equipe.

Ultimamente, Bolsonaro tem se mostrado um pouco mais vacilante em suas posições. Pudera: as últimas pesquisas de opinião indicam que a população se posiciona, em sua maioria, contra o presidente. Em todos os eventos de pronunciamento à nação, ouvem-se panelaços em protesto nas regiões metropolitanas. No entanto, não mudou de atitude. Continua pregando que o caos econômico será muito superior aos problemas de saúde pública, e que os brasileiros deveriam retornar ao trabalho. Ameaça editar decretos para reabrir o comércio.

É fácil atacar ao presidente hoje, após poucas semanas de isolamento e com a população, em grande parte, apoiando as quarentenas. As consequências sociais do isolamento prolongado – a miséria e o esgarçamento do tecido social – poderão rapidamente comover a opinião pública, inclusive a favor do presidente. A ver.

Quem defende o isolamento não está insensível às ameaças. Ao se posicionar como “o adulto na sala”, o Congresso entende que tem responsabilidade por evitar o pior, e coordena junto ao Executivo a aprovação de uma série de projetos para que o país atravesse a crise, evitando a miséria e o caos social na medida do que for possível. Foram tomados cuidados para que o esforço fiscal fique segregado à crise, e que eventuais benesses e privilégios não sejam danos permanentes ao erário. No horizonte imediato, no entanto, o cenário político é claro: o setor público deve salvar o que for possível. O estrago fiscal fica para ser resolvido na posteridade.